

## O MÉTODO DE MARX. EM BUSCA DE SUA APREENSÃO MARX'S METHOD: IN SEARCH OF ITS ESSENCE

Paulo Sergio Tumolo<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo oferece uma contribuição para a apreensão do método de Marx, baseada nos principais textos do autor que tratam desse tema, à medida que busca traçar toda a envergadura de seu método, que seria composto de quatro caminhos, de tal maneira que os dois movimentos do meio correspondem ao método da crítica da economia política, que é parte do método marxiano. O primeiro, que vai de seus estudos iniciais na área do Direito à economia política, o qual demarca sua posição materialista; o segundo, que vai do patamar do “concreto idealizado” à mercadoria; o terceiro, que vai da mercadoria ao capital, no plano do “concreto pensado”; e o quarto, que vai do capital ao Direito. O texto finaliza com algumas considerações sobre o significado político do método marxiano e conclui que este método, *O Capital* e a estratégia revolucionária estão fundidos em uma única coisa: o método materialista histórico.

**Palavras-chave:** Método de Marx. Método da crítica da economia política. Método da economia política. Materialismo histórico. Estratégia revolucionária

**Abstract:** The article offers a contribution to the comprehension of Marx's method, based on the main texts by the author dealing with this theme, as it seeks to present the full extent of his method, made up of four paths, in a way that the two movements in the middle correspond to the method of critique of political economy, part of the Marxian method. The first, from his initial studies in the area of the Right to Political Economy, which marks his materialistic position; the second, from the level of "idealized concrete" to the commodity; the third, from commodity to capital, in the level of the "concrete thought"; and the fourth, from capital to Right. The article concludes with some considerations about the political meaning of the Marxian method and that this method, *The Capital* and the revolutionary strategy are merged into one thing: the historical materialistic method.

**Keywords:** Marx's method. Method of critique of the political economy. Method of political economy. Historical materialism. Revolutionary strategy

### 1. O CAMINHO INVESTIGATIVO PERCORRIDO POR MARX

O método de Marx tem sido deveras discutido no âmbito da seara marxista<sup>2</sup>, mas, por ser um tema polêmico e de difícil compreensão, seu tratamento tem se mostrado quase inesgotável. Como se sabe, o autor não nos legou um tratado sistemático a esse respeito, mas, ao contrário nos deixou poucos escritos que tratam especificamente dessa matéria. Para a contribuição que pretendo oferecer para a apreensão do método de investigação de Marx, lançarei mão de alguns de seus textos, a saber, o *Prefácio de Para a crítica da economia política* (MARX, 1974b), de 1859, *O método da economia política* (MARX, 1974a), de 1857, o *Posfácio da segunda edição de O capital* (MARX, 1983b) de 1873, além de *O Capital* (MARX, 1983).

Em 1859, depois de quase duas décadas de intensa investigação, Marx finalmente publica a primeira parte de um texto denominado *Para a crítica da economia política* (MARX, 1974a) junto com um *Prefácio* (MARX, 1974b), no qual informa que “poderão aparecer aqui algumas indicações sobre o curso dos meus próprios

<sup>1</sup> Doutor em educação, professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, programa de Pós-Graduação em Educação. paulotumolo57@gmail.com

<sup>2</sup> Teria sido necessário apresentar os principais autores e a contextualização das discussões que têm sido feitas acerca do método marxiano. Entretanto, como tal empreendimento escapa dos limites impostos para este texto, decidi me concentrar no autor matricial.

estudos político-econômicos” (MARX, 1974b, p. 134). De fato, pela primeira vez, o autor faz uma descrição do curso, ou seja, do método de suas pesquisas no período. Ele narra que, no início de seu itinerário investigativo, o objeto de seus estudos especializados era a jurisprudência, à qual se dedicava como disciplina complementar da Filosofia e da História. Em 1842 e 1843, quando era redator do jornal *Gazeta Renana*, encontrou-se pela primeira vez na obrigação embaraçosa de tomar parte nas discussões sobre os chamados interesses materiais. As questões sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a situação dos camponeses do vale do Mosela e os debates sobre o livre-câmbio e o protecionismo, forneceram-lhe as primeiras razões para que se ocupasse das questões econômicas. Além disso, a partir das discussões sobre o socialismo francês, ele relata as razões que levaram ao fechamento do jornal, o que o obrigou a deixar o cenário público e a retirar-se para o gabinete de estudos.

O primeiro trabalho que Marx empreendeu para esclarecer as dúvidas que o assediavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, cuja introdução foi publicada em 1844. Suas pesquisas o levaram à conclusão de que as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”, e que, por causa disso, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. Foi por essa razão que Marx, a partir de 1844, passou a se dedicar exaustivamente ao estudo da economia política, o que o conduziu à seguinte conclusão:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém, então, uma época de revolução social (MARX, 1974b, p. 135-6).

Todo o relato feito por Marx no *Prefácio* tem uma importância ímpar. Nele, o autor apresenta todo seu caminho investigativo, quer dizer, seu método por inteiro, e não apenas o método referente a seus estudos da economia política.

O ponto de partida do *método de Marx* não foi a população e tampouco a mercadoria e sim temas relacionados à Filosofia e, sobretudo, ao Direito, com destaque para o Estado. Seu trabalho na *Gazeta Renana*, principalmente a reportagem e o estudo que teve de fazer sobre o problema do chamado roubo de lenha foi um dos principais fatores que influenciaram sua compreensão sobre a relação entre o direito à propriedade e os interesses econômicos. Marx foi tendo cada vez mais clareza de que o Direito e, portanto, o Estado não eram os demiurgos da história, mas, ao contrário, estavam determinados pelos interesses econômicos, o que o impeliu a fazer a crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

Dessa forma, ele foi demarcando e fortalecendo sua concepção materialista. Contrariamente ao que advogava Hegel, Marx argumenta que se são as relações sociais de produção da vida que determinam o Direito e o Estado, assim como também todos os outros complexos sociais, quer dizer, se “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1974b, p. 136), então a compreensão do Direito, do Estado, da consciência social e de todo o restante, exige a apreensão das relações sociais de produção que se estabelecem no capitalismo, que eram objeto de estudo da economia política. “A anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (MARX, 1974b,

p. 135), sentenciou. Portanto, ele foi à economia política por causa da afirmação de sua posição materialista<sup>3</sup> e só confirmou essa posição ao mergulhar nela e construir uma sólida crítica a ela até o fim de sua vida.

Após demarcar sua posição materialista, em oposição a Hegel, Marx iniciou seus estudos da economia política em 1844 e sua primeira produção a esse respeito foram os chamados *Manuscritos econômico-filosóficos*, um conjunto de cadernos que eram material de estudo e não foram escritos para serem publicados. A partir de 1844 ele foi traçando seu caminho de investigação sobre a referida matéria e somente em 1859 conseguiu ter total clareza a respeito desse itinerário e também das diferenças entre o método da economia política e o dele. Durante esse período ele foi construindo um universo categorial, a partir da contribuição da economia política, buscando traçar as conexões e determinações das categorias, ou seja, seu encadeamento, que encontra seu ponto culminante em *O capital*.

Pode-se constatar, então, que o primeiro movimento do método de Marx vai do Direito à economia política e, conseqüentemente, à sua crítica, ou seja, seu primeiro grande passo foi a realização necessária da afirmação de sua posição materialista. Uma vez que penetrou no campo da economia política, ele vai descortinando seus limites e insuficiências e, por isso, começa a elaborar uma rigorosa crítica, a partir do exercício de um método distinto do método dela, tal como relata no escrito denominado *O método da economia política*.

## 2. O MÉTODO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Em 1849, depois de ser perseguido e expulso de alguns países e enfrentando graves problemas financeiros, Marx vai viver em Londres. Em 1851 ele consegue retomar seus estudos na área da economia política, trabalhando na biblioteca do museu britânico, que se intensificaram sobremaneira em 1857. Nesse período, ele produziu e juntou uma impressionante quantidade de material, com o objetivo de sistematizar os resultados de suas pesquisas e que serviria de esboço para o posterior texto que seria escrito com o propósito de ser publicado. No final de agosto e início de setembro de 1857 ele escreveu uma *Introdução*, provavelmente com a intenção de aproveitá-la para o texto a ser publicado, que contém quatro itens, sendo que o terceiro deles se intitula *O método da economia política*, no qual Marx apresenta seu método, em oposição ao de seus interlocutores, e que será objeto de apreciação um pouco adiante.

Entretanto, após redigir essa *Introdução*, Marx seguiu com suas investigações durante o restante de 1857 e 1858, cujo resultado, em parte, foi a produção do manuscrito denominado posteriormente de *Grundrisse*. No período final da produção desses rascunhos, entre agosto de 1858 e janeiro de 1859, o autor redigiu um texto com o objetivo de ser publicado sob o título de *Para a crítica da economia política*. O livro, que era para ser o primeiro de uma série que foi interrompida por problemas de saúde do autor, veio à luz em junho de 1859.

Apenas para esclarecimento do leitor, é necessário sublinhar que os *Grundrisse* não foram produzidos com a finalidade de publicação, mas sim como material de estudo de Marx e como base para a elaboração dos textos posteriores que receberiam o tratamento necessário para publicação, que se materializaram no primeiro caderno do *Para a crítica da economia política*. Os esboços produzidos pelo autor foram descobertos a partir do começo do século XX e foram publicados em conjunto em 1939, em Moscou, sob o título, dado pelos editores, de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* [Esboços da Crítica da economia política].

Para a publicação do *Para a crítica da economia política*, que, de fato, foi realizada por Marx em 1859, o autor escreveu um *Prefácio* em janeiro deste mesmo ano. No segundo parágrafo, ele faz as seguintes observações:

Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral. (MARX, 1974b, p. 134).

Via de regra, este parágrafo passa meio despercebido para os leitores, mas ele guarda uma relevância, pois é a chave de compreensão de vários aspectos no itinerário teórico de Marx. Que introdução é esta que foi suprimida? É justamente aquela que ele escreveu no fim de agosto e início de setembro de 1857 e que contém

<sup>3</sup> Deve ser considerada a grande influência que exerceu sobre Marx a investigação feita por Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, que depois foi publicada em livro, e também, segundo Marx, seu “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas” (MARX, 1974b, p. 136), publicado nos Anais franco-alemães.

o texto *O método da economia política*. Ela foi escrita como introdução aos *Grundrisse* e não ao *Para a crítica da economia política*. Quando Marx foi publicar este último, em 1859, decidiu não trazer a público aquela *Introdução* e, portanto, *O método da economia política*.

Deve-se ressaltar que o texto *O método da economia política* tem sido, sem dúvida, a principal fonte de autores marxistas para a compreensão e discussão do método de Marx e, curiosamente, o próprio autor deliberou por não publicá-lo; o que veio a ocorrer apenas em 1939, obviamente, sem seu conhecimento e consentimento. Contudo, já que esse texto tem sido a mais importante referência, é incontornável que se faça uma rigorosa análise dele. Depois, voltarei às razões que levaram o autor a não publicá-lo.

No texto supracitado, Marx apresenta dois métodos, a saber, o método da economia política e seu método, o qual, para distinguir do primeiro, chamarei de *método da crítica da economia política*, e busca fazer um cotejamento e, dessa forma, uma diferenciação entre ambos. Com o intuito de realizar essa tarefa, a partir do estudo de dado país, ele considera adequado começar pelo real e pelo concreto, ou seja, pela população, já que ela é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo, e, em seguida, explica que para entendê-la é necessário fazer uma série de abstrações. Resumidamente, ele sugere que esse tem sido o caminho feito pela economia política, quer dizer, ela parte da população, e, em sua análise, consegue descobrir certo número de relações gerais abstratas, mas se perde nelas, e, por isso, não consegue atingir sua apreensão. Sendo assim, como contraponto, ele apresenta seu método. Deve-se partir da população, fazer as abstrações necessárias e, principalmente, encontrar as devidas determinações até chegar à determinação mais simples. Essa determinação mais simples é a mercadoria, mas isso ainda não estava claro para ele quando escreveu *O método da economia política*, mas ficará evidente no *Para a crítica da economia política* (MARX, 1974c), de 1859, e no livro primeiro de *O Capital* (MARX, 1983a), publicado em 1867. Chegando a essa determinação mais simples, é necessário fazer o caminho de volta, ou seja, da mercadoria à população. Portanto, seu método é constituído por dois caminhos: o de ida, que tem semelhanças parciais com o da economia política, que vai do que ele denomina de “concreto idealizado” – a população – à determinação mais simples, e o de volta, que vai da determinação mais simples – mercadoria – à população, agora reproduzida e entendida como “concreto pensado”.

Há dois segredos na construção desse duplo caminho. Primeiramente foi necessário localizar, com precisão, o ponto final do primeiro caminho, o ponto em que se faz uma curva de cento e oitenta graus para que se possa dar início à viagem de volta, na direção inversa, sem o qual o primeiro caminho segue interminável e isso não conduz ao “concreto pensado”. Esse ponto é a mercadoria. O segundo segredo é que as abstrações feitas a partir do “concreto idealizado” tiveram como finalidade última tecer o *encadeamento* das determinações e, portanto, das categorias, sem o qual as abstrações se esvaem em uma capilaridade praticamente infindável de caminhos difusos e desconexos, ou seja, em “uma representação caótica do todo”, o que inviabiliza a identificação da determinação mais simples e, conseqüentemente, o início da viagem de volta e a chegada “ao concreto pensado”.

Marx gastou muito tempo de estudo para conseguir desvendar tal encadeamento, que poderia ser apresentado, muito resumidamente, assim: não é possível compreender a população que produz sua existência no capitalismo se não se entendem as classes sociais que o compõe; não se pode captar as classes sociais se não se compreende o capital; o capital só pode ser apreendido se se conhece a relação de exploração especificamente capitalista; esta é incompreensível se não se entende a mais-valia, cujo entendimento exige a compreensão do dinheiro e do valor, que por sua vez pressupõe a apreensão da... mercadoria.

Deve-se partir da população, e uma vez descoberto o encadeamento das determinações em seu complexo conjunto chega-se à determinação mais simples, a mercadoria. Esse ponto de chegada se converte no ponto de partida do segundo caminho, inverso em relação ao primeiro. Agora é necessário fazer uma análise minuciosa de cada uma das categorias em seu encadeamento de determinações. Resumidamente: mercadoria [valor de uso, trabalho concreto, valor de troca, valor, trabalho abstrato, equivalente geral, etc.] – dinheiro – dinheiro como meio de circulação – dinheiro como capital – mais-valias absoluta e relativa e sua combinação – reprodução simples e ampliada de capital – a lei geral da acumulação capitalista e suas contradições – classes sociais - população. Marx começou a apresentar textualmente esse segundo caminho de forma mais clara pela primeira vez no *Para a crítica da economia política*, de 1859, mas essa tarefa foi interrompida logo no começo principalmente por causa de uma enfermidade. Ele retoma seu trabalho de exposição de todo seu percurso em *O Capital*, e consegue terminar e publicar o livro primeiro. Um estudo atento deste livro demonstra todo o arco do segundo caminho de seu *método da crítica da economia política*. O autor começa pela mercadoria, faz todo o trajeto analítico do encadeamento das categorias e, portanto, das determinações e, somente ao final, retoma

o tema da população no capítulo XXIII, para poder apreendê-la no seio das relações de contradição entre a lei geral da acumulação capitalista e a lei populacional. Ele precisou de vinte e três capítulos, ou seja, de centenas de páginas tratando de categorias altamente complexas, para conseguir percorrer o segundo caminho de seu método, e, dessa maneira, compreender a população.

Recapitulando. *O método da crítica da economia política* é composto por dois caminhos. O primeiro, que tem como ponto de partida a população, faz o percurso das múltiplas determinações e, sobretudo, de seu encadeamento *de frente para trás*, até chegar à determinação mais simples, a mercadoria. O ponto de chegada do primeiro itinerário se transforma no ponto de partida do segundo caminho, o da volta e na direção inversa, que vai da mercadoria, reconstrói e detalha analiticamente todo o encadeamento das categorias e, portanto, das determinações, ou seja, *de trás para frente*, até chegar de novo à população. A diferença é que, no ponto de partida original, no plano do “concreto idealizado”, e mesmo depois de feitas várias abstrações sem o devido encadeamento, o entendimento a respeito da população expressaria “uma representação caótica do todo”, e no ponto de chegada do segundo caminho a apreensão acerca da população seria dentro de uma “rica totalidade de determinações e relações diversas”. Nesse patamar, *a população é apreendida como elemento da totalidade do capital e de suas contradições*.

A economia política teria partido do *concreto aparente* – a população - e desfiado muitas abstrações, mas como não conseguiu descobrir o encadeamento das determinações e, por conseguinte, a determinação mais simples, não pôde realizar o segundo caminho e chegar ao *concreto pensado*. Dessa forma, no método da economia política, “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas” (MARX, 1974a, p. 122), mas, diferentemente, no *método da crítica da economia política*, “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 1974a, p. 122). Sobre isso, Marx afirma que

o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também, da intuição e da representação (MARX, 1974a, p. 122).

Ao se contrapor à posição idealista de Hegel, Marx (1974a, p. 123) complementa sua argumentação dizendo que “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto”, já que não foi o pensamento que o originou.

Deve-se notar que, para Marx, a totalidade não é uma mera junção das partes, como se fosse um jogo de quebra-cabeça, mesmo se essas partes tratarem de temas como exploração, classes sociais, movimentos sociais, etc., uma vez que o que caracteriza a totalidade não é o conteúdo teórico-político das partes. Nem se trata de buscar compreender a *árvore no conjunto da floresta* e tampouco significa algo parecido com uma visão macroscópica ou a partir do ponto mais alto de um *mirante teórico*.

A apreensão da totalidade, como representação da materialidade e como “síntese de muitas determinações”, só pode ser alcançada no patamar do concreto pensado, ou seja, do capital, e este, por sua vez, só pode ser compreendido pela realização mesma do método, o que pressupõe considerar as múltiplas determinações e, principalmente, o encadeamento delas, a partir da determinação mais simples, que é a mercadoria. Efetivamente, a apreensão da população historicamente determinada pela forma capitalista exige, resumidamente, a compreensão da mercadoria, do valor, do dinheiro, da mais-valia, da reprodução do capital e da lei geral da acumulação capitalista e suas contradições. Ou seja, a apreensão da população em sua totalidade histórica só pode ser atingida percorrendo exatamente o mesmo caminho traçado por Marx em vinte e três capítulos do primeiro livro de *O Capital*. Na verdade, a compreensão da população como “síntese de muitas determinações” a qual Marx conseguiu chegar no capítulo XXIII do livro primeiro de *O Capital* é, a rigor, de uma síntese ainda provisória, ou, se se quiser, de um “concreto pensado” provisório, uma vez que a apreensão do capital no primeiro livro é ainda parcial. Isso significa que, de fato, a compreensão da população exige perfazer, pelo menos, o trajeto realizado por Marx em toda a obra *O Capital*.

Por outro lado, cabe sublinhar que, depois de Marx, não é mais necessário refazer o primeiro caminho do *método da crítica da economia política*, aquele em que partiu da população e precisou descobrir as múltiplas determinações e seu encadeamento até chegar à mercadoria, uma vez que ele já cumpriu essa tarefa. Agora, basta trilhar o segundo caminho, da mercadoria ao capital, que já foi pavimentado por sua obra principal. Em

outras palavras, basta estudar *O Capital* de Marx, e se apropriar de seu conteúdo e de seu método, uma vez que ele se identifica, ou, como queira, ele é a própria realização do segundo caminho.

### 3. O MÉTODO DE MARX

Como vimos, o *método da crítica da economia política* é composto por dois caminhos, aquele que vai do “concreto idealizado” à mercadoria, e aquele que vai da mercadoria ao “concreto pensado”, que não é outra coisa senão o plano de representação, no pensamento, da totalidade do capital. Não obstante, o objetivo último de Marx não era parar por aqui, mas sim voltar aos temas do Direito para poder, dessa forma, apreendê-los em sua totalidade, vale dizer, como elementos históricos constitutivos da totalidade do capital.

Sendo assim, poderíamos traçar, resumidamente, toda a envergadura do *método de Marx*, que seria composto, por assim dizer, de quatro caminhos, de tal maneira que os dois movimentos do meio correspondem ao *método da crítica da economia política*, que é parte do método marxiano. O primeiro, que vai do Direito à economia política, que é o passo da demarcação da posição materialista, o segundo, que vai do “concreto idealizado” à mercadoria, o terceiro, que vai da mercadoria ao capital, e o quarto, que vai do capital ao Direito. O *método de Marx*, ou *método materialista histórico*, se expressa nesse desenho completo por causa de seu posicionamento materialista, quer dizer, porque é a base material, ou se se quiser, a forma histórica na qual os homens produzem sua existência, denominada de estrutura econômica, que determina o Direito e, portanto, o Estado, que formam o que chamou de superestrutura jurídica e política.

O exercício do *método de Marx* depois que ele ofereceu sua contribuição escrita e sistematizada dispensa, como vimos, o segundo caminho<sup>4</sup>, uma vez que ele já descobriu o encadeamento das determinações que vai do “concreto idealizado” à mercadoria. O método teria, então, três movimentos: o primeiro, que vai do Direito, que, agora, poderia ocupar o posto de “concreto idealizado” no plano da superestrutura, para a economia política e sua crítica; o segundo, que vai da mercadoria ao capital, no patamar da base material, ou da estrutura; e o terceiro, que vai do capital para o Direito, ou seja, de volta à superestrutura.

Entretanto, como evidenciado anteriormente, o segundo caminho desta última formulação também já foi realizado, em grande medida, por Marx e está sistematizado em *O Capital*. Por isso, não é necessário fazer a mesma pesquisa novamente; basta estudar e se apropriar do universo categorial e, por conseguinte, do caminho tecido por ele em sua obra magna. Sendo assim, o exercício do *método de Marx*, depois dele, se faria em três movimentos: o primeiro, que parte do Direito e vai até *O Capital*; o segundo, que é o estudo de *O Capital*; e o terceiro, que vai de *O Capital* de volta para o Direito.

Uma importante conclusão que se pode extrair, com base no que foi exposto anteriormente, é a de que *O Capital* de Marx é parte inseparável e ineliminável de seu método. O *método de Marx* pressupõe, necessariamente, *O Capital*; mais que isso, ele está *fundido* no método. Não é possível a realização do exercício do método sem a devida apropriação de *O Capital*. Por isso, se o método tem um caráter universal, *O Capital* também o tem, ou seja, ambos são imprescindíveis para a apreensão de temas que tenham um caráter histórico referentes a qualquer formação particular capitalista de qualquer época.

É preciso enfatizar que, em *O Capital*, Marx não fez um estudo de uma determinada fase capitalista ou de uma formação sócio-histórica específica, como, por exemplo, da Inglaterra do século XIX. Seu objeto de investigação foi *o ser do capital* e não um determinado capitalismo de um determinado período porque ele pretendia, nessa obra, dissecar e desvendar as leis gerais que regem o movimento contraditório do capital, quer dizer, a *universalidade do capital*.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Trata-se do segundo caminho do método de Marx, que corresponde ao primeiro caminho do método da crítica da economia política.

<sup>5</sup> Essa compreensão está longe de ser consensual no âmbito do marxismo. Apenas para citar um exemplo, toda construção teórica de Mészáros, um dos mais importantes e influentes marxistas do século XX e princípios do seguinte, tem como pressuposto que *O Capital* de Marx está circunscrito ao que ele considera como fase incipiente do capitalismo, e só tem validade explicativa para esse período. Por isso, o autor húngaro se pôs a tarefa de buscar apreender o capitalismo em sua fase madura, que, para ele, só ocorre a partir da segunda metade do século XX, e, por conseguinte, de escrever “O capital” concernente a essa fase. Praticamente toda sua produção teórica tem esse propósito, com destaque para sua principal obra *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição (MÉSZÁROS, 2002). Segundo o próprio autor, o título expressa, entre outras coisas, a ideia de que para ir além do capital, como forma de sociabilidade, é necessário ir para além de *O Capital* de Marx e, por isso, coerentemente com essa posição, ele o dispensa, ou melhor, faz uma apropriação criativa de algumas categorias tomadas do autor alemão, ressignificando-as e adequando-as a seu próprio universo categorial, que é totalmente distinto do de Marx em sua obra capital. Contudo, isso só aparece aqui como exemplo, já que, dentro dos limites deste texto, seria impossível dar a essa discussão o tratamento que ela merece, o que exigiria uma profunda e exaustiva análise desse magistral autor.

Na verdade, não seria necessário falar dos dois, mas apenas do método, uma vez que *O Capital* está fundido no método e é a realização do exercício de parte dele. Se se considera que *O Capital* é um texto que apresenta uma análise particular circunscrita à época de Marx, que só tem validade explicativa para aquele período histórico, ou seja, se não se vai a ele e, mais que isso, se não há as devidas apreensão e incorporação das categorias ali presentes (mercadoria, valor de uso, valor de troca, valor, trabalho concreto, trabalho abstrato, dinheiro, força de trabalho como mercadoria, valor da força de trabalho, mais-valias absoluta e relativa e sua combinação, trabalho produtivo de capital, as leis gerais de acumulação de capital e suas contradições, classes sociais, etc. – numa palavra, capital) bem como de seu método, que expressa o encadeamento das múltiplas determinações, então o primeiro passo necessário, o da demarcação da posição materialista, não será dado ou ficará atravancado, o que significa dizer que o exercício do *método de Marx* estará morto ou prejudicado em sua origem.

Portanto, o descarte de *O Capital* como fundamento para a apreensão de qualquer formação sócio-histórica particular do capitalismo de qualquer época, e de temas que se refiram a isso, significa, necessariamente, o descarte do *método de Marx*, ou *método materialista histórico*. Sendo assim, a compreensão de tais objetos de pesquisa ficaria num plano idealista ou, ainda que seja derivada de uma inflexão materialista, ficaria no patamar do “concreto idealizado”, ou expressaria uma “representação caótica do todo”, mesmo que tal compreensão tenha sido resultado de muitas abstrações, que esteja saturada de pretensos conceitos marxistas, tais como mais-valia, classes sociais, revolução, capital, etc., que tratem de temas como exploração, movimentos sociais, dominação, destruição do meio ambiente, gênero, etnia, LGBTI+, etc., e mesmo que os autores se reivindicuem marxistas.<sup>6</sup>

Caberia aqui uma enormidade de observações, mas me restringirei a destacar cinco que me parecem indispensáveis, apresentadas abaixo em forma de tópicos.

1. A primeira consideração é concernente às razões que levaram Marx a decidir não publicar a *Introdução* feita em 1857, que contém o texto *O método da economia política*. No *Prefácio de Para a crítica da economia política*, de 1859, ele mesmo explica: “graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral” (MARX, 1974b, p. 134).

Cerca de um ano e meio separa a redação daquela *Introdução* e, assim, de *O método da economia política*, da escrita do *Prefácio de Para a crítica da economia política*. Nesse intervalo de tempo, por causa da concentração e intensidade de seu trabalho, Marx deu saltos significativos em sua compreensão acerca do conteúdo da matéria que estava pesquisando e de sua própria trajetória investigativa. Em *O método da economia política*, de 1857, Marx buscou explicitar e explicar seu método, em diferenciação ao método da economia política. No *Prefácio de Para a crítica da economia política* o autor não se pôs essa tarefa. Ao contrário, ele afirma que “o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral” (MARX, 1974b, p. 134). Isso significa dizer que, provavelmente, Marx chegou à conclusão de que a apreensão de seu método só pode ser feita pela realização mesma do caminho que ele fez do particular para o geral, ou se se quiser, da determinação mais simples, que é a mercadoria para o que constitui o universal historicamente produzido, o capital. Em outras palavras, a apreensão do método *não* pode ser realizada *a priori*, mas, ao contrário, só pode ser feita depois de realizado o caminho, ou seja, *a posteriori*.

Parece-me que a explanação e os argumentos apresentados anteriormente sobre o *método da crítica da economia política* demonstram que Marx tinha razão. A hercúlea dificuldade de apreender as categorias de altíssima complexidade e, principalmente, de alinhar as múltiplas determinações e seu encadeamento, bem como de descobrir a determinação mais simples e, dessa forma, traçar os dois caminhos, comprovariam que o *método da crítica da economia política* de Marx não pode ser apreendido *a priori*.

---

<sup>6</sup> Como vimos, o método materialista histórico é um método de investigação específico da forma social do capital. Não obstante, ele poderia, hipoteticamente, adquirir um caráter mais universal e servir como método de estudo de outras formas de sociabilidade, desde que o método de apreensão da base material especificamente capitalista, que é o método da crítica da economia política, seja substituído por um adequado método de pesquisa da base material da forma social que se pretenda estudar. Por exemplo, se se deseja estudar o Direito numa sociedade escravista, então, tomando-o como ponto de partida, no plano superestrutural, é preciso executar o primeiro e decisivo movimento, que é o da demarcação da posição materialista, em direção à base material escravista para poder apreendê-la, de acordo com o método exigido para isso, que não é o método da crítica da economia política, e em seguida deve-se voltar ao Direito, agora devidamente apreendido como elemento da totalidade da sociabilidade escravista.

Além disso, é preciso considerar que Marx só pôde se apropriar de seu método, ter plena consciência de suas especificidades e de suas diferenciações em relação ao método da economia política, em 1859, após realizá-lo. O estudo, mesmo que cuidadoso, do texto *O método da economia política* se mostra, portanto, insuficiente para a apreensão do método. Tal apreensão só pode ser conseguida depois de um longo, exaustivo e profundo exercício de estudo de *O Capital*, porque ele é a realização do método da crítica da economia política de Marx, quer dizer, ela só pode ser alcançada *a posteriori*. Assim, estaremos seguindo seu conselho e sua diretriz: apreender o método perfazendo com ele o caminho que vai do particular, a mercadoria, para o universal que é o capital<sup>7</sup>.

2. O método de Marx, incluído aí o método da crítica da economia política, não pode ser confundido com uma formulação geral de método científico da era moderna, que poderia ser entendida como as regras básicas de um conjunto de procedimentos que parte da realidade aparente, faz observações sistemáticas e controladas, submete-as a análises calçadas em uma determinada teoria, para chegar ao conhecimento científico do objeto estudado. Ele é o método para a apreensão do ser do capital e parte dele é o método científico da crítica da economia política em diferenciação ao método da economia política. Sendo assim, ele se restringe, como método, a objetos de investigação referentes ao capital e seu modo de produção, o que significa dizer que apresenta limites ou é inadequado para estudo de formas históricas não capitalistas. Ademais, ele não poderia ser considerado como método de investigação para as ciências da natureza. Parece-me que não tem sentido estudar a composição físico-química de uma rocha ou o movimento dos planetas do sistema solar começando por uma inflexão em direção à base material, seguida de uma análise das relações sociais de produção da vida pelo caminho que vai da mercadoria ao capital e suas contradições. Além disso, os objetos de investigação de Marx, sintetizados no ser do capital, são dialéticos, justamente porque são históricos. Ora, a natureza não faz história porque, sobretudo, não faz revolução<sup>8</sup>, que é a realização, por excelência, da dialética do ser social, e, sendo assim, se se poderia falar supostamente de uma dialética da natureza, ela não é e não pode ser histórica. Portanto, se o método marxiano é concernente a objetos de investigação histórico-dialéticos, ele não pode servir como método de pesquisa de objetos que não são históricos. Por esse motivo, fenômenos ou processos naturais, ou melhor, não históricos, não serviriam como exemplo didático para explicar o método de Marx.

O suposto de que o método de Marx é concernente apenas à sociabilidade do capital está em pleno acordo com a explicação que o próprio autor fornece no *Posfácio da segunda edição de O capital* (MARX, 1983b) acerca de seu “verdadeiro método”, que denomina de método dialético, valendo-se da citação de um artigo publicado no *Correio Europeu*, de Petesburgo.

3. O objeto de investigação privilegiado de Marx foi a sociedade do capital e o que pretendeu com a execução de seu método foi a apreensão da universalidade do ser do capital e, por isso, as categorias que a constituem têm validade explicativa enquanto existir a forma social do capital. Não obstante, essa contribuição do autor é insuficiente para a análise de qualquer particularidade do sistema capitalista; mas é, ao mesmo tempo, imprescindível. Por exemplo, um estudo da configuração do capitalismo no início século XXI exige um percurso analítico para além daquele traçado por Marx, mas imprescindível da apropriação daquele universo categorial. Isso significa ir *com* Marx para *além* de Marx.

4. Durante o exercício do método para apreender seu objeto de estudo, Marx operou, no plano do pensamento, com a lógica dialética de base materialista, que tem um caráter abrangente e diz respeito a qualquer forma social e não apenas à do capital. Portanto, essa lógica e suas categorias – contradição, negação, relação quantidade / qualidade, etc. - são o *modus operandi* do pensamento no exercício do método, e não o método de investigação. Deve-se ressaltar que o autor não pretendeu fazer uma teoria da lógica e tampouco uma teoria do conhecimento, quer dizer, uma epistemologia. Ao invés disso, por razões políticas, decidiu conhecer o ser do capital, ou seja, fazer uma ontologia do ser do capital. Para isso, ele exercitou seu método e operou com a lógica dialética. Mas, nem o método e nem a lógica foram objetos de sua investigação, e sim o ser do capital. Daí se entende porque o autor produziu textos em abundância sobre o ser do capital e escassos escritos tratando de método e de lógica. Talvez essa seja outra razão pela qual Marx tomou a decisão de não publicar a *Introdução*, que contém o texto *O método da economia política*.

<sup>7</sup> Isso não significa dizer que o texto *O método da economia política* seja dispensável. Entretanto, a apreensão do método da crítica da economia política exige, primeiro, o estudo de *O Capital*, para depois poder se debruçar sobre *O método da economia política*. O estudo deste, portanto, deve ser feito *a posteriori*, considerando seus limites e apenas como forma de sistematização da compreensão do método, que já foi apreendido anteriormente.

<sup>8</sup> Por isso, apenas o ser social pode fazer história. Dessa forma, uma pretensa “história da natureza” se diferencia, fundamentalmente, da história do ser social.

5. Cabe esclarecer, ainda, que nem todo objeto de pesquisa exigiria, para sua apreensão, o exercício do método marxiano. Por exemplo, se um investigador almeja compreender como uma criança se apropria de conceitos espontâneos e científicos, que é uma das condições para sua formação humana, parece-me que o método de Marx se mostra inadequado, já que a investigação desse tema não demanda a análise da base material do sistema do capital. Ou seja, ele não precisaria fazer o itinerário do particular, a mercadoria, para o universal, o capital, passando pelo valor, dinheiro, força de trabalho como mercadoria e seu valor, mais-valias absoluta e relativa e sua combinação, as leis de acumulação de capital e suas contradições, etc. Evidentemente, uma pesquisa como aquela exigiria algum método científico, que até poderia incorporar a lógica dialética, mas o método marxiano seria inapropriado.

Diferentemente, se um pesquisador procura apreender a natureza histórica do humano que se forma na sociabilidade do capital, então o exercício do método de Marx seria imprescindível. Contudo, essa imposição é concernente apenas àqueles que se reivindicam marxistas, já que a escolha do método de pesquisa, entre tantos, é uma decisão do investigador e, embora haja razões de ordem teórico-epistemológica, em última instância tal escolha é resultado de uma opção política. Um pesquisador elegeria o método de Marx apenas se tiver uma posição radicalmente anticapitalista e, por isso, se ele se põe numa perspectiva revolucionária. Sendo assim, se um investigador marxista deseja apreender qual é a natureza histórica do humano que é formado no interior do sistema do capital tem de lançar mão do método de Marx, realizar o primeiro grande movimento, o da demarcação materialista, uma vez que é a base material capitalista que determina a formação do humano e sua natureza histórica, e não o contrário, em seguida apropriar-se do conteúdo teórico-político de *O Capital*, para, finalmente, voltar à formação do humano e sua natureza histórica, compreendidas, agora, no plano da totalidade, como síntese de múltiplas determinações.

#### 4. O SIGNIFICADO POLÍTICO DO MÉTODO DE MARX

Feitas as devidas observações, resta buscar respostas a uma importante indagação: afinal, quais seriam as consequências de se dispensar o *método de Marx* e, portanto, *O Capital*? Procurarei responder a partir de outras perguntas. Por que Marx precisou fazer a crítica do idealismo hegeliano e a crítica da economia política e, dessa forma, operar seu método em oposição ao método dela? Por que ele dedicou grande parte de sua vida político-intelectual, com custos altíssimos, para a apreensão da base material do sistema capitalista cujo resultado foi sistematizado em sua obra capital? Penso que não foi por diletantismo e nem por capricho intelectual, mas porque isso é a condição *sine que non* para a elaboração de uma estratégia política da revolução. No fundo, e sem que isso esteja explicitado, *O Capital* é uma teoria da revolução e o *método de Marx* é o *método da revolução anticapitalista*, ou, mais especificamente, o método necessário para a elaboração de uma estratégia revolucionária, já que a revolução não é outra coisa senão a realização plena da dialética da realidade social. Concomitantemente, é o exercício do *método de Marx* que permite fazer críticas a propostas políticas que não conduzem, de fato, à revolução.

Podemos citar, entre tantos, dois casos que evidenciam essa relação entre o método marxiano e a estratégia política: o primeiro, protagonizado por Marx no âmbito da I Internacional, e o segundo, concernente aos chamados socialistas utópicos, que foi tratado por Engels.

Em 1865, num momento em que estava ocorrendo uma onda de greves na Europa, Marx trava um grande debate político no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Instigado por um discurso feito pelo operário John Weston, membro do Conselho Central, segundo o qual a luta dos trabalhadores por aumentos salariais era inútil e a ação sindical ineficaz, Marx elabora um estudo com o escopo de demonstrar as falácias de tal proposição e o apresenta em duas sessões do Conselho Central da AIT.

Neste texto, que foi publicado em português com o título *Salário, preço e lucro* (MARX, 1988), o autor expõe os resultados parciais de suas investigações, ou seja, suas principais teses acerca do salário, valor, mais-valia, lucro, etc., categorias centrais do primeiro livro de *O Capital*, que seria publicado dois anos depois, e, com essa base, defende a necessidade premente de os trabalhadores lutarem por aumentos salariais, pois, ao contrário do que propugnava seu opositor, “uma elevação geral do nível dos salários originaria uma queda geral da taxa dos lucros, mas não afetaria, de um modo geral, os preços das mercadorias” (MARX, 1988, p. 85).

Como se pode observar, para o autor, a luta sindical por aumentos salariais deve ter como objetivo atingir a *espinha dorsal* da acumulação capitalista, qual seja, a taxa de lucro, e justamente por esta razão os capitalistas

são impelidos a travar uma luta no sentido diametralmente inverso, ou seja, pela redução do salário. Aliás, sobre essa questão, Marx não nutre nenhuma ilusão. No final de sua explanação afirma que

o próprio desenvolvimento da indústria moderna deve necessariamente fazer pender sempre a balança a favor do capitalista em prejuízo do operário e, por conseguinte, a tendência geral da produção capitalista não reside em elevar o nível médio dos salários, mas em baixá-lo, ou seja, impelir, mais ou menos o valor do trabalho para o seu limite mínimo (MARX, 1988, p, 84).

Mas, pergunta o autor:

se a tendência das coisas dentro deste sistema é essa, significará que a classe operária deve renunciar a defender-se das usurpações do capital e abandonar os seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe oferecem para melhorar a sua situação temporariamente? (MARX, 1988, p, 84).

O próprio autor responde afirmando que,

se o fizesse, ver-se-ia degradada numa massa informe, esmagada, de seres famintos para os quais não haveria salvação. [...] Se a classe operária cedesse covardemente no seu conflito diário com o capital, privar-se-ia sem dúvida da possibilidade de empreender movimentos de maior envergadura (MARX, 1988, p, 84).

No entanto, enfatiza que os trabalhadores não podem esquecer que, ao lutarem por aumentos salariais, “lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos e não a cura da doença” (MARX, 1988, p, 85). Por isso,

os “sindicatos” atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam, em parte, de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora. (...) Em vez da palavra de ordem conservadora “um salário justo por um dia de trabalho justo”, devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: “abolição do salariado” (MARX, 1988, p, 85-6).

O que fez Marx, nesse texto, senão o exercício de seu próprio método? Ele parte de um debate instalado na AIT sobre a questão das greves e, em seguida, mergulha na análise da base material do capitalismo lançando mão do universo categorial que seria devidamente sistematizado e detalhado no primeiro livro de *O Capital*. Ele precisou fazer isso, mesmo em se tratando de um discurso na organização dos trabalhadores, porque esse seria o fundamento teórico necessário para, voltando a seu ponto de partida, atingir dois objetivos: fazer a crítica às proposições políticas de seu oponente, demonstrando seus problemas e, ato contínuo, apresentar as linhas gerais de uma estratégia política revolucionária anticapitalista.

O segundo caso diz respeito aos chamados socialistas utópicos, que receberam uma análise de Engels em seu clássico *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (ENGELS, s.d.), redigido em 1877. O dileto parceiro de Marx começa seu artigo fazendo uma contextualização histórica e uma apresentação biográfica e das teses e propostas políticas dos principais representantes do socialismo do século XVIII e início do século XIX e, na sequência passa a tratar do idealismo e da dialética.

No referido texto, o autor toma Hegel como a mais importante expressão filosófica e reconhece seu grande mérito que foi a restauração da dialética. Mas, a partir do relato dos processos revolucionários ocorridos na primeira metade do século XIX e do suposto de que a história da humanidade, com exceção do que denomina de *Estado primitivo*, tem sido a história das lutas de classes, desfecha-lhe uma crítica a sua concepção idealista nos mesmos moldes de Marx, ou seja, defende que essas classes sociais em luta entre si são fruto das relações de produção de sua época e, que, portanto, a estrutura econômica da sociedade constitui a base material que explica a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc., de cada período histórico. Em outras palavras, Engels está referendando a posição materialista de Marx, segundo a qual “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1974b, p. 136).

Sendo assim, o socialismo do século XVIII e início do XIX já não poderia mais ser considerado como a descoberta casual desse ou daquele intelecto genial, mas como produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente: o proletariado e a burguesia. Embora esse socialismo fosse capaz de criticar o modo de produção capitalista e suas consequências, não conseguia explicá-lo e nem podia destruí-lo ideológica e historicamente, e, por isso,

nada mais lhe restava senão repudiá-lo, pura e simplesmente, como mau. Quanto mais violentamente clamava contra a exploração da classe operária, inseparável desse modo de produção, menos estava em condições de indicar claramente em que consistia e como nascia a exploração (ENGELS, s.d., p. 319).

Por isso, era preciso, por um lado,

expor esse modo capitalista de produção em suas conexões históricas e como necessário para uma determinada época da história, demonstrando com isso também a necessidade de sua queda e, por outro lado, pôr a nu o seu caráter interno, ainda oculto. Isso se tornou evidente com a descoberta da mais-valia, [... que] é, em última análise, a soma de valor de onde provém a massa cada vez maior do capital acumulado em mãos das classes possuidoras. O processo da produção capitalista e o da produção de capital estavam assim explicados (ENGELS, s.d., p. 319-20).

Para ele, “essas duas grandes descobertas – a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia – nós a devemos a Karl Marx” (ENGELS, s.d., p. 320).

Engels segue seu texto fazendo uma análise do desenvolvimento da acumulação de capital e de suas contradições, claramente calçada na contribuição de Marx em *O Capital* e, com todo esse fundamento, esboça uma estratégia política, em oposição às dos socialistas utópicos, que poderia ser sintetizada em uma revolução proletária, de tal maneira que o proletariado deve tomar o poder político e, por meio dele, converter em propriedade pública os meios sociais de produção, que deixam de ser propriedade da burguesia. Cabe salientar que tomada de poder não significa vitória eleitoral para administração do Estado capitalista, mas sim, ao contrário, sua destruição, com o objetivo de socializar os meios de produção e, dessa forma, dar início à construção de outro modo de produção.

Uma leitura atenta do texto de Engels demonstra, claramente, que seu itinerário teórico-político não foi outra coisa senão a realização do exercício do *método de Marx*. Ele começa expondo as concepções e práticas políticas dos principais expoentes do socialismo do século XVIII e princípio do posterior, em seguida dá o primeiro grande passo que é o da afirmação materialista, fazendo, tal como Marx, a crítica ao idealismo hegeliano, o que o conduz, necessariamente, para o conjunto categorial exposto por Marx em *O Capital* e, finalmente, com esta base, volta para seu objeto inicial. O exercício do *método de Marx* permitiu a Engels alcançar dois objetivos, quais sejam, a crítica radical ao socialismo anterior a eles, denominado de socialismo utópico, e a seus projetos políticos, demonstrando suas debilidades e insuficiências e, por desdobramento, a elaboração de uma estratégia política de fato revolucionária, porque baseada na profunda análise da realidade do capital.

Esses dois embates teórico-políticos feitos por Marx e Engels demonstram, cabalmente, que o exercício do *método de Marx* é condição *sine qua non* para a crítica radical de propostas políticas que, por falta de fundamento, não conduzem à superação do sistema do capital e, principalmente, para a elaboração de uma estratégia política revolucionária anticapitalista.

A superação do sistema capitalista é apenas uma possibilidade histórica. Considerando essa condição, ela é produto de um processo revolucionário, que demanda a elaboração e implementação de uma estratégia revolucionária, que exige, por sua vez, um conhecimento da realidade do capital. Por isso, sua possibilidade de êxito é diretamente proporcional ao conhecimento do capital e de seu modo de produção, que, embora seja condição insuficiente, é condição imprescindível. Marx tinha plena consciência disso e, por essa razão, dedicou grande parte de sua vida para nos deixar um legado teórico-político que foi construído pelo exercício de seu método. O *método de Marx*, *O Capital* e a estratégia revolucionária estão fundidos em uma única coisa: o *método materialista histórico*. Seu descarte implicaria abrir mão de qualquer possibilidade revolucionária. Significaria dizer adeus à revolução.

## REFERENCIAS

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. In MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Vol. 2, São Paulo : Alfa-Omega, s.d.

MARX, Karl. **O método da economia política**. In \_\_\_\_\_ **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Col. Os Pensadores), São Paulo : Abril Cultural, 1974a.

\_\_\_\_\_. **Prefácio de Para a crítica da economia política**. In \_\_\_\_\_ **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Col. Os Pensadores), São Paulo : Abril Cultural, 1974b.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. In \_\_\_\_\_ **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Col. Os Pensadores), São Paulo : Abril Cultural, 1974c.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. São Paulo : Abril Cultural, 1983a.

\_\_\_\_\_. **Posfácio da segunda edição**. In: **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. São Paulo : Abril Cultural, 1983b.

\_\_\_\_\_. **Salário, preço e lucro**. 6ª. ed, São Paulo : Global, 1988.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo : Boitempo, 2011.

*Recebido em 31-08-2021*

*Aprovado em 12-12-2021*